



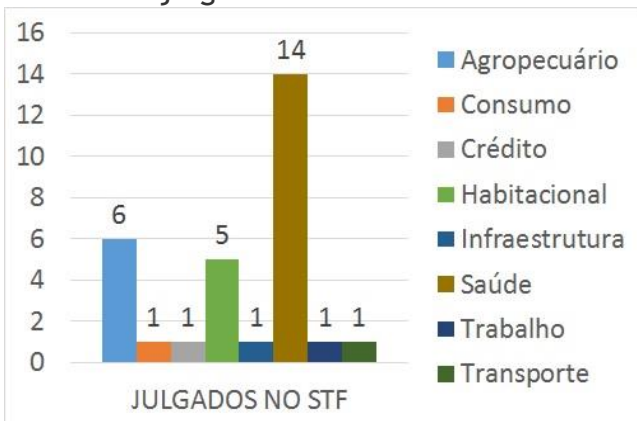
COOPERATIVISMO NOS TRIBUNAIS

Semana: 11 a 15 de junho de 2018

Números da semana: STF:

Recursos distribuídos: 11

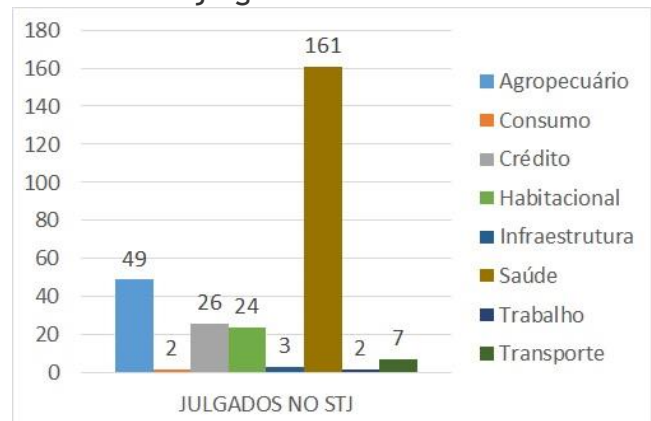
Recursos julgados: 30



STJ:

Recursos distribuídos: 152

Recursos julgados: 274



Destaque



Ministro Luiz Fux marca audiência em ações diretas de inconstitucionalidade que discutem o tabelamento dos fretes.

Na semana passada, o Poder Judiciário seguiu com o tabelamento do valor de frete mínimo em pauta. Novas ações foram protocoladas junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), arguindo a inconstitucionalidade da tabela e esta semana o tema contará com uma audiência na Corte Suprema.

Na terça feira passada (12/06), a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) ingressou com a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5959, no STF, sustentando que a tabela, ao dispor sobre o valor do frete mínimo de maneira vinculante, violou princípios constitucionais como o da livre concorrência e da livre iniciativa. A entidade requer, liminarmente, a suspensão dos efeitos da MP 832/2018 e das resoluções da ANTT, pugnando pela declaração final de inconstitucionalidade da medida.

Na sexta feira (15/06) foi a vez da Confederação Nacional da Indústria (CNI) entrar com a ADI 5964, sustentando inconstitucionalidades formal (vedação de medida provisória para disciplinar sobre transportes) e material (violação aos princípios gerais da atividade econômica).

No final da tarde de quinta feira (16/06), o relator das ADIs, Ministro Luiz Fux, já havia proferido despacho em que determinou a suspensão dos processos judiciais, individuais ou coletivos, em curso nas instâncias inferiores e cujo pedido ou causa de pedir envolva a inconstitucionalidade ou suspensão de eficácia da Medida Provisória n.º 832/2018 ou da Resolução nº 5820, de 30 de maio de 2018, da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Além disso, o relator designou audiência preliminar à apreciação do pleito para quarta-feira, dia 20/06/2018, às 11:00h, determinando a intimação para comparecimento à Advogada-Geral da União, ao Ministro dos Transportes, ao Diretor da ANTT, a 1 (um) representante da Associação do Transporte Rodoviário de Carga do Brasil (ATR Brasil), a 1 (um) representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e à Procuradora-Geral da República.

Antes da suspensão emanada do STF, duas entidades já haviam conseguido a expedição de liminares favoráveis à suspensão dos efeitos do tabelamento de fretes. A Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) conseguiu na quinta feira passada (14/06) junto a Justiça Federal de São Paulo decisão liminar para que a tabela de fretes não seja aplicada nos contratos de suas associadas. Na mesma data, a Federação das Cooperativas do Estado do Paraná (FECOOPAR) também conseguiu decisão semelhante, que alcança todas as cooperativas da base da federação.

Confira a seguir o atual status das principais ações que discutem o tema nos mais diversos tribunais do País:

Entidade	Tribunal e nº do processo	Andamento
ATR Brasil	STF - ADI 5956	Determinada suspensão dos processos em curso nas instâncias inferiores. Além disso, designada audiências preliminar à apreciação do pedido cautelar, convidando para participar: AGU, Ministro dos Transporte, Diretor da ANTT, ATR Brasil, CNA e Ministério Público Ingressaram com pedido de <i>amicus curiae</i> as seguintes entidades: NTC&LOGÍSTICA, ABIOVE, ANDA e ANUT
CNA	STF - ADI 5959	Determinada a reunião com a ADI 5956 Ingressou com pedido de <i>amicus curiae</i> a ANDA
CNI	STF - ADI 5964	Distribuído por prevenção para o Min. Luiz Fux, relator da ADI 5956 Ingressaram com pedido de <i>amicus curiae</i> as seguintes entidades: ANDA e ANUT
Fecoopar	JFPR - 50243780520184047000	Proferida decisão deferindo a antecipação da tutela para determinar a suspensão dos efeitos da MP 832/2018 e da Resolução ANTT 5.820/2018, em relação às cooperativas registradas na OCEPAR

FIEP	JFPR - 50241494520184047000	Determinada suspensão do processo em razão do despacho proferido na ADI 5956
FIESP / CIESP	JFDF - 10110968220184013400	Mandado de segurança indeferido
Aprosoja	JFDF - 10115774520184013400	Determinada intimação dos interessados antes de decidir sobre liminar
ANDA	JFDF - 10113193520184013400	Despacho para emendar a inicial
L PRAXEDES GOMES	JFRN - 08057904020184058401 TRF5 - 08089773920184050000	Liminar deferida na JFRN, porém revogada pelo TRF5
ABAG	TRF3 - 50140173720184036100	Proferida decisão deferindo a antecipação da tutela para determinar a suspensão dos efeitos da MP 832/2018 e da Resolução ANTT 5.820/2018, em relação às associadas da ABAG

Entenda a discussão: Com a edição da Medida Provisória 832, ocorrida em 27/05/2018, o Poder Executivo instituiu a Política de Preços Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas. A medida, que compõe o pacote de concessões do Governo Federal em atendimento às reivindicações do movimento de paralisação promovido pelos transportadores autônomos de cargas, vem causando polêmica por estabelecer em seu artigo 5º um tabelamento mínimo do preço dos fretes.

Em atendimento à determinação do Executivo, a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, vem editando sucessivas resoluções para estabelecer a metodologia e publicar a tabela com preços mínimos vinculantes, referentes ao quilômetro rodado na realização de fretes, por eixo carregado. Em 30/05/2018, foi publicada a Resolução 5.820, estabelecendo os valores do tabelamento, mas a norma foi sequencialmente alterada pela Resolução 5.821, promovendo ajustes nos conceitos e metodologia de cálculo. Nesta data, 11/06, contudo, a ANTT editou nova Resolução, de número 5.822, determinando a revogação da resolução anterior e, a princípio, restabelecendo integralmente a norma primitiva, Resolução 5.820.

As sucessivas revisões da tabela, em curto espaço de tempo, tem gerado um ambiente de extrema insegurança jurídica em relação ao tema. Além disso, a própria ideia de se ter um tabelamento de frete mínimo, editado por uma agência reguladora e com efeito vinculante, tem trazido intenso debate no meio jurídico e levado alguns embarcadores e entidades de representação a se lançarem em discussões judiciais sobre a constitucionalidade e legalidade da medida.

Principais decisões



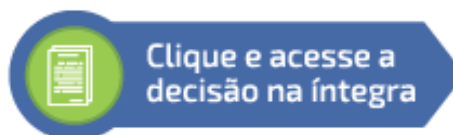
Superior Tribunal de Justiça

Assunto: Legalidade da mensalidade inicial do plano de saúde definida de acordo com a faixa etária do beneficiário.



AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. IMPUGNAÇÃO. PLANO DE SAÚDE. FAIXA ETÁRIA. CONTRATO NOVO. REAJUSTE. INEXISTÊNCIA. COISA JULGADA. VIOLAÇÃO. OCORRÊNCIA. 1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ). 2. O cumprimento de sentença deve seguir a conclusão do título executivo, sob pena de ofensa à coisa julgada. Precedentes. 3. Na hipótese, a parte firmou contrato com o plano de saúde após ter ultrapassado a idade de 60 (sessenta) anos, com uma mensalidade inicial de acordo com sua faixa etária, não podendo ser incluída entre aqueles beneficiados pelo título executivo judicial que reconheceu a ilegalidade do reajuste. 4. Agravo interno não provido.

(STJ, AREsp 1.198.370/MS, RELATOR (A): Min. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA - TERCEIRA TURMA, julgado em 05/06/2018, DJe 12/06/2018)

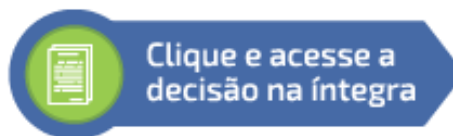


Assunto: Legalidade da negativa pelo plano de saúde no fornecimento de medicamento não registrado na ANVISA.



PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. PLANO DE SAÚDE. MEDICAMENTO IMPORTADO SEM REGISTRO NA ANVISA. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. 1. Determinar judicialmente o fornecimento de fármacos importados, sem o devido registro no órgão fiscalizador competente, implica em negar vigência ao art. 12 da Lei 6.360/76. 2. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível. 3. Agravo interno desprovido.

(STJ, REsp 1.671.348/SP, RELATOR (A): Min. NANCY ANDRIGHI - TERCEIRA TURMA, julgado em 05/06/2018, DJe 12/06/2018)

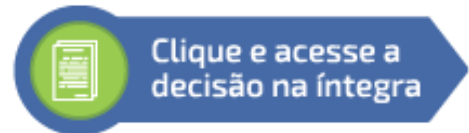


Assunto: Inexistência do direito a reembolso, pelo plano de saúde, quando ausentes a impossibilidade de utilização dos serviços próprios, bem como a situação de urgência ou emergência que justifiquem sua dispensa.



CIVIL. PROCESSO CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. PLANO DE SAÚDE. ART. 12, VI, DA LEI Nº 9.656/98. NEGATIVA DE COBERTURA. SITUAÇÃO DE URGÊNCIA OU EMERGÊNCIA NÃO CONSTATADAS. EXISTÊNCIA DE ESTABELECIMENTO E PROFISSIONAIS CAPACITADOS PARA O ATENDIMENTO, NO LOCAL DE ABRANGÊNCIA DO PLANO. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS QUE AUTORIZAM O REEMBOLSO DE ATENDIMENTO REALIZADO FORA DA REDE CREDENCIADA CONTRATADA. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL. PROVIDO.

(STJ, AREsp 1.202.536/SP, RELATOR (A): Min. MOURA RIBEIRO - TERCEIRA TURMA, decisão monocrática, DJe 14/06/2018)

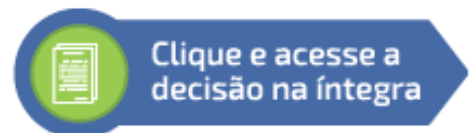


Assunto: Possibilidade de rescisão unilateral imotivada dos contratos de plano de saúde coletivo por adesão, desde que respeitadas as exigências legais.



AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSO CIVIL (CPC/1973). RESCISÃO DO PLANO ENTRE A OPERADORA E A EX-EMPREGADORA. PRETENSÃO DO DEMANDANTE DE MANUTENÇÃO DO PLANO NAS MESMAS CONDIÇÕES DE COBERTURA E PAGAMENTO. PRETENSÃO DE ESCOLHER A OPERADORA. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES. MANUTENÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

(STJ, REsp 1.677.989/SP, RELATOR (A): Min. PAULO DE TARSO SANSEVERINO - TERCEIRA TURMA, julgado em 12/06/2018, DJe 15/06/2018)



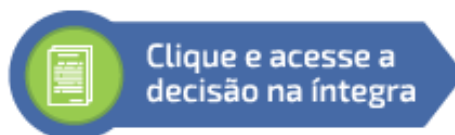
Assunto: Impossibilidade de permanência de ex-empregado aposentado no plano de saúde coletivo empresarial custeado exclusivamente pelo empregador, salvo disposição expressa.



CIVIL E PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. PLANO DE SAÚDE. DEMISSÃO SEM JUSTA CAUSA DE EX-EMPREGADO APOSENTADO. MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA MÉDICA. ART. 31 DA LEI Nº 9.656/98. REQUISITOS NÃO PREENCHIDOS. VIGÊNCIA DO CONTRATO DE TRABALHO. CONTRIBUIÇÃO EXCLUSIVA DO EMPREGADOR. COPARTICIPAÇÃO DO BENEFICIÁRIO. IRRELEVÂNCIA. FATOR DE MODERAÇÃO. SALÁRIO INDIRETO. DESCARACTERIZAÇÃO. DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA ANTES DA AFETAÇÃO DO TEMA. SUSPENSÃO DO FEITO. NÃO CABIMENTO. AGRAVO NÃO PROVIDO. DECISÃO MANTIDA. 1. O presente agravo interno foi interposto contra decisão publicada na vigência do

NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC. 2. A Terceira Turma desta Corte, no julgamento do REsp nº 1.594.346/SP, de relatoria do em. Min. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, firmou orientação de que 1) nos termos dos arts. 30 e 31, ambos da Lei nº 9.656/98, assegura-se ao trabalhador demitido sem justa causa ou ao aposentado que contribuiu para o plano de saúde em decorrência do vínculo empregatício o direito de manutenção como beneficiário nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozava na vigência do contrato de trabalho, desde que assuma o seu pagamento integral; 2) não é considerada contribuição a coparticipação do consumidor, única e exclusivamente, em procedimentos, como fator de moderação, na utilização dos serviços de assistência médica ou hospitalar; 3) contribuir para o plano de saúde significa pagar uma mensalidade, independentemente de estar usufruindo dos serviços de assistência médica, e que a coparticipação, por sua vez, é um fator de moderação, com a função de desestimular o uso desenfreado dos serviços da saúde suplementar; 4) o plano de assistência médica, hospitalar e odontológica concedido pelo empregador não pode ser enquadrado como salário indireto, sejam os serviços prestados diretamente pela empresa ou por determinada operadora (art. 458, § 2º, IV, da CLT); e, 5) nos planos de saúde coletivos custeados exclusivamente pelo empregador não há direito de permanência do ex-empregado aposentado ou demitido sem justa causa como beneficiário, salvo disposição contrária expressa, prevista em contrato ou em convenção coletiva de trabalho, sendo irrelevante a existência de coparticipação, pois esta não se confunde com contribuição. 3. A afetação de recurso representativo da controvérsia não impõe, necessariamente, a suspensão dos feitos em curso no Superior Tribunal de Justiça, mormente no caso dos autos, em que a decisão proferida no apelo nobre antecedeu a submissão do tema ao julgamento sob a sistemática dos recursos repetitivos. 4. O beneficiário não apresentou argumento novo capaz de modificar a conclusão adotada, que se apoiou em entendimento aqui consolidado para dar provimento ao recurso especial manejado pela operadora do plano de saúde. 5. Agravo interno não provido.

(STJ, REsp 1.722.921/SP, RELATOR (A): Min. MOURA RIBEIRO - TERCEIRA TURMA, julgado em 05/06/2018, DJe 15/06/2018)

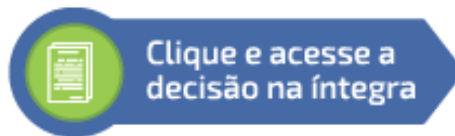


Assunto: Legitimidade da cooperativa de crédito para discutir a legalidade de cobrança de Imposto de Renda sobre os rendimentos pagos aos cooperados.



TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. IMPOSTO DE RENDA. COOPERATIVA DE CRÉDITO. LEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM PARA DISCUTIR A LEGALIDADE DA COBRANÇA DA EXAÇÃO. RECURSO ESPECIAL A QUE SE DÁ PROVIMENTO.

(STJ, REsp 1.446.986/SP, RELATOR (A): Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO - PRIMEIRA TURMA, decisão monocrática, DJe 12/06/2018)



Giro nos Tribunais Estaduais

Assunto: Inexistência de dano moral na mera negativa de cobertura do procedimento pelo plano, sob alegação de sua não previsão no contrato celebrado com a parte



Apelação cível. Seguros. Ação declaratória de inexistência de débito cumulada com indenização por danos morais. Recurso interposto apenas contra o não acolhimento do pleito de indenização por dano moral. Dano moral indenizável. Não caracterização. A operadora de plano de saúde não pratica ato ilícito gerador de dano moral, por si só, ao negar a cobertura de determinado procedimento, baseada em cláusula, segundo sua interpretação contratual. Danos morais não comprovados. A assinatura de termo de confissão de dívida também não enseja o dever de indenizar qualquer abalo moral. Apelo não provido. POR MAIORIA.

(Apelação Cível Nº 70077529162, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ney Wiedemann Neto, Julgado em 08/06/2018, Publicação em 12/06/2018)

Assunto: Legalidade do reajuste de mensalidade de plano de saúde por mudança de faixa etária, ante a previsão contratual e a não aplicação de percentuais desarrazoados ou aleatórios



Apelação cível. Seguros. Plano de saúde. Ação revisional. Reajuste por mudança de faixa etária. A estipulação de reajuste de mensalidade de plano de saúde em virtude de mudança de faixa etária, por si só, não é abusiva, sendo válida desde que expressamente prevista no contrato, observando as diretrizes expedidas pelos órgãos regulamentadores e não contemple percentuais desarrazoados ou aleatórios. Necessidade de aferição no caso concreto. Tratando-se de contrato regulamentado pela Lei 9.656/98 e firmado na vigência da Resolução CONSU 06/98, é possível a aplicação de reajuste etário para aqueles que, quando completaram 60 ou 70 anos de idade, ainda não contavam com 10 de anos como beneficiários do plano. Possibilidade de reajustamento no caso concreto. Estipulação contratual que observa as regras dispostas na RN 06/98. Ausência de abusividade. Apelo provido. Por maioria.

(Apelação Cível Nº 70077168524, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ney Wiedemann Neto, Julgado em 08/06/2018, Publicação em 12/06/2018)

Assunto: Possibilidade de contratação de plano de saúde em separado para funcionários inativos com mensalidade diferenciada da cobrada dos ativos



APELAÇÃO. PLANO DE SAÚDE. MANUTENÇÃO DE PLANO DE SAÚDE NAS MESMAS CONDIÇÕES DE BENEFICIÁRIO PARA INATIVOS. CONTRATAÇÃO DE PLANO EXCLUSIVO PARA INATIVOS. POSSIBILIDADE. VALOR DA MENSALIDADE. AUSÊNCIA DE ABUSIVIDADE. ART. 19 DA RN 279 DA ANS. O art. 19 da mesma resolução prevê a possibilidade de a empresa contratar plano de saúde em separado para os inativos, inclusive com mensalidade diferenciada da cobrada dos ativos. Assim, o fato de a ex-empregadora ter contratado plano exclusivo para inativos junto à requerida observa a normativa da agência regulamentadora, não havendo vinculação entre o valor das mensalidades do plano dos ativos e o valor cobrado no plano de inativos. Sentença parcialmente reformada. DERAM PROVIMENTO À APELAÇÃO DA RÉ E NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO ADESIVO. POR MAIORIA.

(Apelação Cível Nº 70075739805, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Luís Augusto Coelho Braga, Julgado em 08/06/2018, Publicação em 12/06/2018)

Assunto: Legalidade do reajuste de mensalidade de plano de saúde por mudança de faixa etária, ante a previsão contratual e a não aplicação de percentuais desarrazoados ou aleatórios



Apelação cível. Seguros. Plano de saúde. Ação revisional. Afastada a preliminar de coisa julgada. TAC que não impede a propositura de ação individual pelo consumidor. Prescrição. Tratando-se de prestações de trato sucessivo e de contrato em curso não há prescrição do fundo de direito. Relativamente ao pedido de restituição de valores eventualmente pagos a maior o prazo prescricional é trienal. Pretensão de ressarcimento. Inteligência do art. 206, § 3º, inc. IV do CC/2002. Tese firmada no julgamento do REsp 1360969/RS, Tema 610, aprovada pelo STJ, na forma dos Recursos Repetitivos. Reajuste por mudança de faixa etária. A previsão de reajuste de mensalidade de plano de saúde em virtude de mudança de faixa etária, por si só, não é abusiva. Necessidade de aferição no caso concreto. Contrato de plano de saúde não regulamentado pela Lei 9.656/98. Reajustes que devem observar o previsto contratualmente. Possibilidade de reajustamento no caso concreto. Expressa previsão contratual. Reajuste aplicado em consonância com o incremento do risco. Necessidade de preservação do equilíbrio contratual. Apelo provido. Por maioria.

(Apelação Cível Nº 70059817510, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ney Wiedemann Neto, Julgado em 08/06/2018, Publicação em 12/06/2018)

Assunto: Não vinculação dos contratos coletivos de plano de saúde aos percentuais de reajustes fixados pela ANS



Apelação cível. Seguros. Plano de saúde. Ação revisional. Reajustes anuais. Ausência de abusividade. Os contratos de plano de saúde coletivos não estão limitados aos índices de reajuste autorizados pela ANS para os planos de saúde individuais e familiares. Livre negociação entre as partes contratantes. Reajuste por mudança de faixa etária. A estipulação de reajuste de

mensalidade de plano de saúde em virtude de mudança de faixa etária, por si só, não é abusiva, sendo válida desde que expressamente prevista no contrato, observando as diretrizes expedidas pelos órgãos regulamentadores e não contemple percentuais desarrazoados ou aleatórios. Necessidade de aferição no caso concreto. Tratando-se de contrato regulamentado pela Lei 9.656/98 e firmado na vigência da Resolução CONSU 06/98, é possível a aplicação de reajuste etário para aqueles que, quando completaram 60 ou 70 anos de idade, ainda não contavam com 10 de anos como beneficiários do plano. Possibilidade de reajustamento no caso concreto. Estipulação contratual que observa as regras dispostas na RN 06/98. Ausência de abusividade. Apelo da autora não provido. Apelo da ré provido. Por maioria.

(Apelação Cível Nº 70077051985, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ney Wiedemann Neto, Julgado em 08/06/2018, Publicação em 12/06/2018)

Assunto: Possibilidade de propositura de ação monitória fundada em boleto bancário, quando acompanhado de documentos que fundamentam o pleito



APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. MONITÓRIA. Possível a propositura de ação monitória com base em boleto bancário, notadamente quando acompanhado de outros documentos que fundamentam o pleito. Ademais, a prova dos autos demonstrou que são devidos os valores oriundos do inadimplemento de mensalidades de plano de saúde. Jurisprudência da Corte. Manutenção da sentença que se impõe. NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO. UNÂNIME.

(Apelação Cível Nº 70077498418, Vigésima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Walda Maria Melo Pierro, Julgado em 30/05/2018, Publicação em 11/06/2018)

Assunto: Impossibilidade de concessão de liminar para a realização de exame médico, quando não evidenciadas a probabilidade do direito e o perigo do dano



AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER - DECISÃO QUE INDEFERIU PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA - AUSÊNCIA DOS REQUISITOS PARA A CONCESSÃO - DECISÃO MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO. Em que pese se tratar de requerimento de exame médico com o objetivo de diagnosticar o Transtorno do Espectro Autista em menor, ausentes a demonstração da probabilidade do direito e do perigo do dano, correta a decisão que indefere a tutela de urgência.

(TJMT, Agravo 1012219-55.2017.8.11.0000, GUIOMAR TEODORO BORGES, QUARTA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 13/06/2018, Publicado no DJE 13/06/2018)

Assunto: Inexistência do dever de custeio, pelo plano de saúde, de tratamento de psicoterapia, ante ausência de comprovação da sua necessidade



AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. PLANO DE SAÚDE. DECISÃO QUE DETERMINA À RÉ O FORNECIMENTO DO TRATAMENTO DE PSICOTERAPIA PELO MÉTODO ABA POR TEMPO INDETERMINADO E INVERTE O ÔNUS DA PROVA. RECURSO INTERPOSTO PELA REQUERIDA. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DA NECESSIDADE DA TERAPIA PARA O TRATAMENTO DA PATOLOGIA QUE ACOMETE O AUTOR (TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA). MERA INDICAÇÃO MÉDICA QUE NÃO COMPROVA A NECESSIDADE DO TRATAMENTO. IMPRESCINDIBILIDADE DE REALIZAÇÃO DE PROVA PERICIAL. DECISÃO REFORMADA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. POSSIBILIDADE. CONTRATO DE ADESÃO. HIPOSSUFICIÊNCIA COMPROVADA. NÃO ACOLHIMENTO DA TESE RECURSAL. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

(TJPR - 10ª C.Cível - 0012801-97.2018.8.16.0000 - Foz do Iguaçu - Rel.: Guilherme Freire de Barros Teixeira - J. 08.06.2018, Publicado em 13/06/2018)

Assunto: Impossibilidade de concessão de tutela de urgência para a realização de tratamento fisioterápico, quando não evidenciadas a urgência e a imprescindibilidade do mesmo



AGRAVO DE INSTRUMENTO. “AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER COM PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA C/C INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS”. INFANTE DIAGNOSTICADO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA). REQUISICÃO DE TRATAMENTOS BASEADOS EM MUSICOTERAPIA, EQUOTERAPIA, SUPORTE PSICOLÓGICO PELO MÉTODO “TEACCH”, PSICOPEDAGOGIA E TERAPIA OCUPACIONAL COM INTEGRAÇÃO SENSORIAL. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS À CONCESSÃO DA TUTELA DE URGÊNCIA (ART. 300, NCPC). AUTOR QUE NA INICIAL NÃO APRESENTOU JUSTIFICAÇÕES MÉDICAS APTAS A COMPROVAR PORMENORIZADAMENTE A NECESSIDADE DE TODOS OS TRATAMENTOS RECOMENDADOS. AUSÊNCIA, TAMBÉM, DE URGÊNCIA NO DEFERIMENTO DA MEDIDA, ENQUANTO PARTE DOS PROCEDIMENTOS JÁ FOI LIBERADA PELA OPERADORA DO PLANO DE SAÚDE, DENTRO DE SUA REDE CONVENIADA. EXIGÊNCIA DOS PAIS DE QUE AS TERAPIAS SEJAM REALIZADAS JUNTO À CLÍNICA CONVIVER. NECESSIDADE DE PROVA ROBUSTA DO DIFERENCIAL EM RELAÇÃO À CLÍNICA E AOS MÉTODOS TRADICIONAIS. ENTENDIMENTO PREVALENTE NA CÂMARA. DECISÃO REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

(TJPR - 10ª C.Cível - 0037454-03.2017.8.16.0000 - Curitiba - Rel.: Elizabeth de Fátima Nogueira - J. 08.06.2018, Publicado em 11/06/2018)

Assunto: Impossibilidade de restituição integral de despesas destinadas ao custeio de honorários de médico não credenciado e escolhido livremente pelo paciente



AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO ORDINÁRIA - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA QUE DEFERE PARCIALMENTE O PEDIDO DE TUTELA - COBERTURA DE TRATAMENTO DE HIDROTERAPIA, EQUOTERAPIA E MUSICOTERAPIA - PLEITO QUE BUSCA COMPLEMENTAÇÃO DA TUTELA PARA

DETERMINAR À RECLAMADA ARCAR COM VALORES DOS PROFISSIONAIS ESCOLHIDOS PELO AUTOR - IMPOSSIBILIDADE - PLANO COM PROFISSIONAIS PARA O ATENDIMENTO - ATENDIMENTO PARTICULAR - COBERTURA DEVIDA - REMUNERAÇÃO DO PROFISSIONAL, CONTUDO, LIMITADA AO VALOR DESTINADO AOS CREDENCIADOS - ENTREGA DE EQUIPAMENTOS (CADEIRA DE RODAS, CADEIRA DE BANHO, ETC.) - ART. 10, VII DA LEI Nº. 9.656/98 - REQUISITOS DO ART. 300 CPC/15 NÃO VERIFICADOS - RECURSO NÃO PROVIDO - DECISÃO MANTIDA.

(TJPR - 8ª C.Cível - 0039162-88.2017.8.16.0000 - Curitiba - Rel.: Alexandre Barbosa Fabiani - J. 07.06.2018, Publicado em 11/06/2018)

Assunto: Impossibilidade de restituição integral de despesas destinadas ao custeio de honorários de médico não credenciado e escolhido livremente pelo paciente



AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO ORDINÁRIA - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA QUE DEFERE PARCIALMENTE O PEDIDO DE TUTELA - COBERTURA DE TRATAMENTO DE HIDROTERAPIA, EQUOTERAPIA E MUSICOTERAPIA - PLEITO QUE BUSCA COMPLEMENTAÇÃO DA TUTELA PARA DETERMINAR À RECLAMADA ARCAR COM VALORES DOS PROFISSIONAIS ESCOLHIDOS PELO AUTOR - IMPOSSIBILIDADE - PLANO COM PROFISSIONAIS PARA O ATENDIMENTO - ATENDIMENTO PARTICULAR - COBERTURA DEVIDA - REMUNERAÇÃO DO PROFISSIONAL, CONTUDO, LIMITADA AO VALOR DESTINADO AOS CREDENCIADOS - ENTREGA DE EQUIPAMENTOS (CADEIRA DE RODAS, CADEIRA DE BANHO, ETC.) - ART. 10, VII DA LEI Nº. 9.656/98 - REQUISITOS DO ART. 300 CPC/15 NÃO VERIFICADOS - RECURSO NÃO PROVIDO - DECISÃO MANTIDA.

(TJPR - 8ª C.Cível - 0039162-88.2017.8.16.0000 - Curitiba - Rel.: Alexandre Barbosa Fabiani - J. 07.06.2018, Publicado em 11/06/2018)

Assunto: Possibilidade de rescisão unilateral imotivada dos contratos de plano de saúde coletivo



AGRAVO DE INSTRUMENTO. SEGURO. RESCISÃO UNILATERAL DE CONTRATO DE PLANO DE SAÚDE COLETIVO EMPRESARIAL. DECISÃO AGRAVADA QUE INVERTEU O ÔNUS DA PROVA, COM FULCRO NO ARTIGO 6º, DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. 1. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. 2. PLANO DE SAÚDE COLETIVO EMPRESARIAL. CONTRATO FIRMADO ENTRE O EMPREGADOR E A SEGURADORA. NEGÓCIO EMINENTEMENTE COMERCIAL. INAPLICABILIDADE DA NORMA CONSUMERISTA E, DE CONSEQUÊNCIA, DO DISPOSITIVO QUE DETERMINA A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA (ART. 6º, INC. VIII). DECISÃO REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

(TJPR - 8ª C.Cível - 0001534-31.2018.8.16.0000 - Francisco Beltrão - Rel.: Luis Sérgio Swiech - J. 07.06.2018, Publicado em 12/06/2018)

Assunto: Impossibilidade de exigência do fornecimento de medicamentos importados sem registro na Anvisa



AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. PLANO DE SAÚDE. TUTELA DE URGÊNCIA DEFERIDA. INSURGÊNCIA DA RÉ. ORIENTAÇÃO PREPONDERANTE NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA NO SENTIDO DE QUE O PLANO DE SAÚDE NÃO ESTÁ OBRIGADO AO FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO IMPORTADO SEM REGISTRO NA ANVISA. REQUISITOS DO ART. 300, CABEÇA, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL NÃO PREENCHIDOS. AUSÊNCIA DA PROBABILIDADE DO DIREITO. RECURSO PROVIDO, POR MAIORIA.

(TJPR - 8ª C.Cível - 0036793-24.2017.8.16.0000 - Curitiba - Rel.: Luiz Cezar Nicolau - J. 17.05.2018, Publicado em 13/06/2018)

Assunto: Impossibilidade de manutenção de plano de saúde nas mesmas condições da vigência de contrato de trabalho



Agravo de Instrumento. Plano de saúde - Decisão que indeferiu tutela de urgência para manutenção dos agravantes no plano de saúde nas mesmas condições da vigência do contrato de trabalho - Não configuração do pressuposto da probabilidade do direito - Agravante que contribuiu para plano coletivo por mais de dez anos, mas optou pela não continuidade do contrato quando da sua demissão - Manutenção da decisão agravada. Nega-se provimento ao recurso.

(TJSP; Agravo de Instrumento 2249576-51.2017.8.26.0000; Relator (a): Christine Santini; Órgão Julgador: 1ª Câmara de Direito Privado; Foro de Piracicaba - 4ª Vara Cível; Data do Julgamento: 13/06/2018; Data de Registro: 13/06/2018)

Assunto: Impossibilidade de condenação do plano de saúde em ação indenizatória por danos material, moral e estético sem a realização de necessária perícia médica



APELAÇÃO CÍVEL. Plano de saúde. Responsabilidade civil. Ação indenizatória por dano material, moral e estético. Sentença de procedência. Inconformismo de ambas as rés. Acolhimento. Cerceamento de defesa. Ocorrência. Necessidade de realização de prova pericial para melhor apuração dos fatos. Ausência de decisão saneadora. Violação aos princípios do contraditório e ampla defesa. Inteligência dos arts. 350 e 357, II, e IV, CPC. Sentença anulada. RECURSO PROVIDO, anulando-se a r. sentença e determinando-se o retorno dos autos à origem para a realização da indispensável perícia médica.

(TJSP; Apelação 1002877-04.2016.8.26.0302; Relator (a): Penna Machado; Órgão Julgador: 10ª Câmara de Direito Privado; Foro de Jaú - 2ª Vara Cível; Data do Julgamento: 13/06/2018; Data de Registro: 13/06/2018)

Assunto: Impossibilidade de inclusão de cooperativa central não integrante da lide de conhecimento em ação de execução



Plano de saúde. Cumprimento de sentença. Decisão que rejeitou a pretensão do agravante para inclusão da Central Nacional Unimed no pólo passivo da demanda, bem como determinou a suspensão do processo, em razão da liquidação extrajudicial. Insurgência. Inadmissibilidade. Central Nacional Unimed que tem responsabilidade apenas na continuidade da prestação dos serviços de saúde aos segurados. Impossibilidade de inclusão da Central Unimed, tendo em vista que não figurou ao longo da fase de conhecimento. Decisão mantida. Recurso não provido.

(TJSP; Agravo de Instrumento 2166585-18.2017.8.26.0000; Relator (a): Fábio Quadros; Órgão Julgador: 4ª Câmara de Direito Privado; Foro Central Cível - 18ª Vara Cível; Data do Julgamento: 07/06/2018; Data de Registro: 13/06/2018)

Assunto: Impossibilidade de concessão de liminar para migração entre categoria do plano de saúde, quando não evidenciadas a urgência e a imprescindibilidade de tal alteração



Agravo de instrumento. Plano de Saúde. Ação de obrigação de fazer. Tutela provisória. Pedido de migração do plano de saúde para categoria superior (up grade). Indeferimento. Insurgência da autora. Desacolhimento. Ausência da probabilidade do direito. Controvérsia acerca da possibilidade de migração de categoria de plano e eventual desnecessidade de cumprimento de carências que somente poderá ser dirimida por ocasião do sentenciamento. Requisitos do art. 300 do CPC. Não preenchimento. Decisão mantida. Agravo desprovido.

(TJSP; Agravo de Instrumento 2083285-27.2018.8.26.0000; Relator (a): Rodolfo Pellizari; Órgão Julgador: 6ª Câmara de Direito Privado; Foro de Artur Nogueira - Vara Única; Data do Julgamento: 07/06/2018; Data de Registro: 11/06/2018)

Assunto: Impossibilidade de concessão de liminar para a realização de tratamento, quando não evidenciadas a urgência e a imprescindibilidade do mesmo



Agravo de instrumento - Obrigação de fazer - Tutela provisória deferida para compelir a ré ao custeio integral dos tratamentos prescritos ao autor, portador de "retardo do DNPM" (tratamento experimental nas modalidades de fisioterapia motora e respiratória, fonoterapia, terapia ocupacional, plataforma vibratória Galileu, hidroterapia, equoterapia) - Insurgência da ré - Acolhimento - Ausência dos requisitos do art. 300 do CPC - Inexistência de situação de urgência -

Necessidade de regular instrução, que deverá trazer melhores elementos de convicção - Decisão reformada - Agravo provido.

(TJSP; Agravo de Instrumento 2227508-10.2017.8.26.0000; Relator (a): Rodolfo Pellizari; Órgão Julgador: 6ª Câmara de Direito Privado; Foro de Campinas - 8ª. Vara Cível; Data do Julgamento: 11/06/2018; Data de Registro: 11/06/2018)

Assunto: Ausência de abusividade na cláusula contratual de coparticipação em contratos com planos de saúde, desde que prevista de forma expressa e clara



VOTO Nº 29.016 PLANO DE SAÚDE - CONTRATO - Cobrança de coparticipação do segurado em 20% nos exames realizados - Autora portadora de câncer que necessita realizar exames mensalmente - Alegação de que abusiva a cobrança, vez que não tem condições financeiras de pagar mensalidade mais os exames - Inocorrência - Contrato que prevê a coparticipação do segurado apenas em exames e consultas - Previsão contratual clara e expressa - Atendimento da regra do art. 16, VIII, da Lei 9656/98 - Precedentes do STJ e também desta Corte - Sentença de improcedência, mantida. Apelação não provida.

(TJSP; Apelação 1002751-55.2017.8.26.0451; Relator (a): João Carlos Saletti; Órgão Julgador: 10ª Câmara de Direito Privado; Foro de Piracicaba - 5ª Vara Cível; Data do Julgamento: 29/05/2018; Data de Registro: 11/06/2018)

Assunto: Impossibilidade de se obrigar a operadora de plano de saúde a manter, para planos individuais, as mesmas condições estabelecidas em relação aos planos coletivos



Plano de saúde. Plano coletivo. Resilição por iniciativa da empregadora. Pedido de afastamento da resilição em relação à autora ou disponibilização de plano individual nas mesmas condições do plano coletivo. Sentença de improcedência. Irresignação improcedente. A resilição unilateral de planos coletivos não se afigura ilegal se obedecer às regras prescritas no contrato coletivo e se preservar direito de usuários que passem por situação extraordinária. No caso, a empregadora resiliu a avença com a operadora dentro das normas contratuais e porque a operadora não deu causa à resilição não tem ela obrigação de disponibilizar plano individual; e ainda que tivesse, em face da diversidade na economia dos contratos, não seria pelo valor dos planos coletivos, conforme pleito formulado pela autora. Sentença mantida. Recurso a que se nega provimento.

(TJSP; Apelação 1000302-42.2016.8.26.0619; Relator (a): Maurício Campos da Silva Velho; Órgão Julgador: 4ª Câmara de Direito Privado; Foro de Taquaritinga - 3ª Vara; Data do Julgamento: 11/06/2018; Data de Registro: 11/06/2018)

Assunto: Ausência de cerceamento de defesa quando a autorização do procedimento se deu em prazo regular



PLANO DE SAÚDE - CERCEAMENTO DE DEFESA - Não verificação - Não há cerceamento de defesa quando o julgamento da lide independe de dilação probatória - PROCEDIMENTO CIRÚRGICO - Autorização do procedimento no mesmo dia em que proposta a ação - Ainda que a paciente padecesse de forte alergia, tal fato, por si só, não enseja urgência - Incoerência da imediata autorização do procedimento cirúrgico, que prescreveu prévio exame de ressonância - Autorização dentro do prazo regulamentar de 21 dias úteis, a contar da solicitação - Sentença mantida - Recurso improvido.

(TJSP; Apelação 1000577-88.2014.8.26.0286; Relator (a): Fábio Podestá; Órgão Julgador: 5ª Câmara de Direito Privado; Foro de Itu - 1ª Vara Cível; Data do Julgamento: 12/06/2018; Data de Registro: 12/06/2018)

Assunto: Inexistência de obrigação de custeio de tratamento realizado fora da área de cobertura do plano de saúde havendo cobertura da cooperativa local



AGRAVO DE INSTRUMENTO - PLANO DE SAÚDE - -TRATAMENTO EM HOSPITAL FORA DA REDE CREDENCIADA - TUTELA DE URGÊNCIA - Alegação de perda de confiança na rede credenciada em razão de falha cometida por laboratório que retardou o diagnóstico - Probabilidade do direito não evidenciada - Ausência de indícios mínimos acerca da inexistência de estabelecimentos credenciados no local aptos à realização do tratamento oncológico - Havendo cobertura da cooperativa local, que disponibiliza o tratamento, eventual falha no serviço não autoriza a conclusão de que o plano deve cobrir despesas realizadas em hospital renomado não pertencente à área geográfica de abrangência - Mantido o indeferimento da tutela de urgência - NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO.

(TJSP; Agravo de Instrumento 2237173-50.2017.8.26.0000; Relator (a): Alexandre Coelho; Órgão Julgador: 8ª Câmara de Direito Privado; Foro Central Cível - 1ª Vara Cível; Data do Julgamento: 13/06/2018; Data de Registro: 14/06/2018)

Assunto: Possibilidade de reajuste de contratos coletivos de saúde por implemento de idade, quando a mensalidade se mostrar irrisória em face da variação de custos ou do aumento de sinistralidade



Plano de saúde coletivo empresarial. Aplicabilidade do CDC (Súmula 469 do C. STJ). Possibilidade de revisão de cláusulas contratuais que decorre do próprio sistema jurídico (arts. 478 e 480 do CC e art. 6º, V, do CDC). Relativização da 'pacta sunt servanda'. Incidência da legislação consumerista e possibilidade de revisão do contrato que não implicam, ordinária e necessariamente, em solução jurídica favorável ao consumidor, posto que o CDC não é um diploma de mão única. Obrigação de

fazer. Empregado beneficiário de seguro-saúde coletivo estipulado pela ex-empregadora. Legislação que assegura a manutenção do ex-empregado no plano de saúde nas mesmas condições de quando estava na ativa, mas não garante o direito ao pagamento de um valor fixo das respectivas mensalidades. Modificações do plano paradigma devem alcançar também os beneficiários inativos, sob pena de ilegal discriminação entre ativos e inativos. Continuidade do plano de saúde, nas mesmas condições, que não garante o direito de o beneficiário despende apenas os valores de contribuição vigentes ao tempo do ajuste. Valores que poderão variar conforme as alterações promovidas no plano paradigma, sempre em paridade entre os valores cobrados dos funcionários ativos. Operadora de saúde que promove alteração da apólice para inclusão da tabela de reajuste por faixa etária. Modificação aplicável a todos os funcionários, ativos e inativos. Mutualismo e solidariedade intergeracional que são ínsitos ao contrato de assistência médica. Não há que se falar em direito adquirido do aposentado à manutenção das mesmas condições da apólice. Sentença mantida. Recurso desprovido.

(TJSP; Apelação 1011279-22.2017.8.26.0114; Relator (a): Rômulo Russo; Órgão Julgador: 7ª Câmara de Direito Privado; Foro de Campinas - 2ª Vara Cível; Data do Julgamento: 13/06/2018; Data de Registro: 14/06/2018)

Assunto: Ausência de abusividade da taxa de juros remuneratórios contratada, quando for até uma vez e meia superior à taxa de juros média praticada pelo mercado



AGRAVO DE INSTRUMENTO. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO. CRÉDITO PESSOAL. JUROS REMUNERATÓRIOS. AUSENTE ABUSIVIDADE. TAXA CONTRATADA EM PERCENTUAL INFERIOR À MÉDIA AUFERIDA PELO BACEN PARA O PERÍODO EM QUE FIRMADO O CONTRATO. CASO DOS AUTOS EM QUE ENCONTRAM-SE AUSENTES OS REQUISITOS PREVISTOS PELO ARTIGO 300 DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL PARA A CONCESSÃO DA ANTECIPAÇÃO DE TUTELA PRETENDIDA. PROBABILIDADE DO DIREITO ALEGADO E PERIGO DE DANO OU RESULTADO ÚTIL AO PROCESSO NÃO DEMONSTRADOS. DECISÃO MANTIDA. PREQUESTIONAMENTO. DESNECESSIDADE DE QUE O ÓRGÃO JULGADOR SE MANIFESTE EXPRESSAMENTE A RESPEITO DAS TESES E DISPOSITIVOS LEGAIS APONTADOS PELAS PARTES QUE NÃO SE MOSTREM CAPAZES DE INFIRMAR A CONCLUSÃO ADOTADA PELO MAGISTRADO. CASO DOS AUTOS EM QUE A APLICABILIDADE DOS DISPOSITIVOS LEGAIS PREQUESTIONADOS, NA FORMA REQUERIDA PELA PARTE POSTULANTE, RESTA IMPLICITAMENTE REPELIDA PELA FUNDAMENTAÇÃO DO JULGADO. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 489, INCISO III, DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. UNÂNIME. NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO.

(Agravo de Instrumento Nº 70077306066, Décima Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Katia Elenise Oliveira da Silva, Julgado em 13/06/2018, Publicação em 15/06/2018)

Assunto: Ilegitimidade passiva da cooperativa de crédito para responder a pedidos indenizatórios decorrentes da ausência de cobertura do PROAGRO, o qual é administrado pelo BACEN



APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. INDENIZAÇÃO. PROAGRO. ILEGITIMIDADE DO DEMANDADO. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. O PROAGRO é administrado pelo BACEN (art. 66-A da Lei 8.171/91), o que afasta a legitimidade passiva da demandada instituição financeira - para

responder pedidos indenizatórios decorrentes da ausência de cobertura. DANO MORAL. INSCRIÇÃO INDEVIDA. A inscrição indevida em órgão restritivo de crédito caracteriza dano moral, ensejando a respectiva indenização. Na hipótese dos autos, inadmissível a inscrição do nome da parte em cadastros restritivos de crédito por dívida financiada quando ainda pendente procedimento administrativo, no qual se discute o alcance da indenização pleiteada pelo contratante-segurado. VALOR INDENIZATÓRIO. REDUÇÃO. O quantum indenizatório, atendido o princípio da razoabilidade, deve ser fixado considerando as circunstâncias do caso, o bem jurídico lesado, a situação pessoal do autor, inclusive seu conceito, o potencial econômico do lesante, a idéia de atenuação dos prejuízos do demandante e o sancionamento do réu a fim de que não volte a praticar atos lesivos semelhantes contra outrem. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS. Ao julgar o recurso, o Tribunal deve majorar os honorários fixados anteriormente ao advogado do vencedor, devendo considerar o trabalho adicional realizado em grau recursal (art. 85, § 11, do CPC). APELAÇÃO DA RÉ PARCIALMENTE PROVIDA. APELAÇÃO DA AUTORA DESPROVIDA.

(Apelação Cível Nº 70075162149, Décima Nona Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Marco Antonio Angelo, Julgado em 07/06/2018, Publicação em 11/06/2018)

Assunto: Penhorabilidade do bem de família oferecido em garantia hipotecária de dívida



AGRAVO DE INSTRUMENTO. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. EXCEÇÃO DE IMPENHORABILIDADE. GARANTIA HIPOTECÁRIA. O bem de família dado em hipoteca como garantia real não se reveste da impenhorabilidade, conforme exceção prevista no inciso V do artigo 3º da Lei n. 8.009/90. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO.

(Agravo de Instrumento Nº 70077186849, Décima Nona Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Marco Antonio Angelo, Julgado em 07/06/2018, Publicação em 13/06/2018)

Assunto: Improcedência da pretensão de revisão contratual veiculada em ação de prestação de contas



APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. SEGUNDA FASE. Preliminar. Satisfaz o requisito da dialeticidade o recurso que enfrenta a contento os fundamentos da sentença. Agravo retido. A responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais é de quem requereu a perícia. Mérito. A ação de prestação de contas (atualmente reduzida à modalidade da ação de exigir contas pelo CPC/2015) é a ação destinada a compelir quem, por se encontrar na administração legal ou contratual de bens pertencentes a outrem, deva prestar satisfação acerca dos atos de gestão praticados no seu mister. Não se presta ela a veicular pretensão de revisão contratual. Entendimento cristalizado pelo Superior Tribunal de Justiça no

REsp nº 1497831/PR, representativo de controvérsia. PRELIMINAR REJEITADA. AGRAVO RETIDO DESPROVIDO. APELAÇÃO DESPROVIDA.

(Apelação Cível Nº 70075086470, Décima Nona Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Mylene Maria Michel, Julgado em 07/06/2018, Publicação em 11/06/2018)

Assunto: Necessidade da apresentação de memória de cálculo, com o valor que se entende correto, em ação de embargos fundados em excesso de execução



APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. EMBARGOS À EXECUÇÃO. DUPLICIDADE DE APELAÇÕES EM FACE DA MESMA DECISÃO. PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE. Os princípios da unirrrecorribilidade e da consumação inviabilizam o conhecimento de novo recurso de apelação oferecido após a interposição do primeiro. GRATUIDADE DA JUSTIÇA. A declaração de insuficiência prevista no § 3º do art. 99 do CPC implica presunção relativa, motivo pelo qual o pedido de gratuidade da justiça pode ser indeferido, sobretudo se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão (art. 99, § 2º, do CPC). No caso concreto, inexistente qualquer elemento capaz de elidir a presunção. Benefício deferido. REJEIÇÃO LIMINAR DOS EMBARGOS EM FACE DO DESCUMPRIMENTO DO § 3º DO ART. 917 DO CPC/2015. Os embargos à execução fundados em excesso de execução devem estar acompanhados de memória de cálculo com indicação do valor que o credor entende correto, sob pena de rejeição liminar, sendo inadmitida emenda da petição inicial. Precedentes STJ. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS. Ao julgar o recurso, o Tribunal deve majorar os honorários fixados anteriormente ao advogado do vencedor, devendo considerar o trabalho adicional realizado em grau recursal (art. 85, § 11, do CPC/2015). APELAÇÃO DESPROVIDA.

(Apelação Cível Nº 70075476960, Décima Nona Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Marco Antonio Angelo, Julgado em 07/06/2018, Publicação em 12/06/2018)

Assunto: Legalidade da cobrança expressa de capitalização mensal de juros nas cédulas de crédito bancário (Súmula 93, STJ)



APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. AÇÃO REVISIONAL CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. MANUTENÇÃO. Limites da Lide. Inovação Recursal. Abusividade dos Juros Moratórios. Limitação dos juros remuneratórios a 12% a.a. Pedido de declaração de abusividade dos juros moratórios e de limitação dos juros remuneratórios a 12% ao ano que não foram veiculados na inicial da ação. Inovação recursal. Não conhecimento dos pleitos. Juros remuneratórios. Ausência de abusividade. Taxas prevista no contrato em percentual inferior à média de mercado divulgada pelo BACEN para as respectivas operações financeiras nas datas em que contratadas. Capitalização mensal dos juros. Possibilidade no caso concreto. Existência de cláusula específica acerca da capitalização na periodicidade mensal (REsp. nº 973.827/RS). APELO PARCIALMENTE CONHECIDO E DESPROVIDO.

(Apelação Cível Nº 70075914796, Décima Nona Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Mylene Maria Michel, Julgado em 07/06/2018, Publicação em 11/06/2018)

Assunto: Legalidade da cobrança da taxa de juros remuneratórios contratada, ante a expressa pactuação



APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS À EXECUÇÃO - CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO - JUROS REMUNERATÓRIOS. EXPRESSA PACTUAÇÃO. LEGALIDADE. CONTRATO COM PARCELAS PRÉ-FIXADAS - COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. AUSÊNCIA DE CONTRATAÇÃO. DESCARACTERIZAÇÃO DA MORA. IMPOSSIBILIDADE. ÔNUS SUCUMBENCIAL. INVERSÃO - HONORÁRIOS RECURSAIS. DESCABIMENTO - SENTENÇA REFORMADA.

(TJPR - 16ª C.Cível - 0020405-97.2014.8.16.0017 - Maringá - Rel.: Luiz Fernando Tomasi Keppen - J. 06.06.2018, Publicado em 12/06/2018)

Assunto: Certeza, liquidez e exigibilidade da dívida representada por Cédula de Crédito Bancário instruída com planilha demonstrativa da evolução do débito



APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. INSURGÊNCIA DA EMBARGANTE. PLEITO DE INCIDÊNCIA DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. CABIMENTO. RELAÇÃO BANCÁRIA ENTRE COOPERATIVA E COOPERADO. EXEGESE DA SÚMULA 297 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RECLAMO ANALISADO À LUZ DAS NORMAS PROTETIVAS DO CONSUMIDOR. POSTULAÇÃO ACOLHIDA. ALEGADA NULIDADE DO CONTRATO BANCÁRIO EXECUTADO. INEXISTÊNCIA DE ASSINATURA DE DUAS TESTEMUNHAS NA AVENÇA. DESNECESSIDADE. LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA QUE NÃO PREVÊ TAL EXIGÊNCIA. EXEGESE DO ART. 28 DA LEI N. 10.931/2004. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL DOTADO DE CERTEZA, LIQUIDEZ E EXIGIBILIDADE. SUSCITADA AFRONTA AO ART. 614, II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973 POR AUSÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DO DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DO DÉBITO. DESCABIMENTO. PLANILHA DE CÁLCULO QUE DISCRIMINA DE FORMA CLARA OS ENCARGOS E OS VALORES UTILIZADOS NA APURAÇÃO DO QUANTUM DEBEATUR. NULIDADE AFASTADA. PRETENSÃO DE RECONHECIMENTO DE EXCESSO DE EXECUÇÃO. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. ENCARGO QUE, EMBORA PREVISTO NO CONTRATO, SEQUER FOI COBRADO NO PERÍODO DE INADIMPLÊNCIA. AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL EVIDENCIADA. NÃO CONHECIMENTO DO RECLAMO NO PONTO. JUROS REMUNERATÓRIOS. INCIDÊNCIA DA ORIENTAÇÃO FIRMADA NO RECURSO REPETITIVO DE CONTROVÉRSIA N. 1.061.530/RS E NO ENUNCIADO N. I DO GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO COMERCIAL DESTES TRIBUNAL. ÍNDICE DE JUROS DO CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO PARA PESSOA JURÍDICA INFERIOR À TAXA MÉDIA DE MERCADO PARA O PERÍODO CONTRATADO. ABUSIVIDADE NÃO CONFIGURADA. MULTA CONTRATUAL DE 2% (DOIS POR CENTO). PRETENDIDA REDUÇÃO. NÃO CABIMENTO. PACTUAÇÃO EXPRESSA NA AVENÇA. PATAMAR QUE SE ENCONTRA EM CONSONÂNCIA COM O LIMITE DISPOSTO NO ART. 52, § 1º, DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E QUE SOMA IMPORTÂNCIA SINGELA. INEXISTÊNCIA DE ABUSIVIDADE. EXCESSO DE EXECUÇÃO NÃO CONFIGURADO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E DESPROVIDO.

(TJSC, Apelação Cível n. 0002854-21.2013.8.24.0081, de Xaxim, rel. Des. Carlos Roberto da Silva, 1ª Câmara de Enfrentamento de Acervos, j. 11-06-2018)

Assunto: Possibilidade de capitalização dos juros nos contratos celebrados por instituições financeiras, desde que haja pactuação expressa



APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. LIMITAÇÃO DA COMISSÃO DE PERMANÊNCIA À SOMA DOS JUROS REMUNERATÓRIOS PREVISTOS PARA A NORMALIDADE, JUROS DE MORA DE 12% (DOZE POR CENTO) AO ANO E MULTA DE 2% (DOIS POR CENTO), E EXCLUSÃO DA CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. INSURGÊNCIA DA COOPERATIVA EMBARGADA. ALMEJADA INAPLICABILIDADE DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR À RELAÇÃO JURÍDICA FIRMADA COM OS EMBARGANTES. DESCABIMENTO. RELAÇÃO BANCÁRIA ENTRE COOPERATIVA E COOPERADO CONFIRMADA. EXEGESE DA SÚMULA 297 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RECLAMO ANALISADO À LUZ DAS NORMAS PROTETIVAS DO CONSUMIDOR. POSTULAÇÃO INACOLHIDA. PRETENSÃO DE COBRANÇA DOS JUROS MORATÓRIOS EM PERCENTUAL SUPERIOR A 12% (DOZE POR CENTO) AO ANO. INSUBSISTÊNCIA. NECESSIDADE DE LIMITAÇÃO, POR ESTAREM INCLUSOS NA COBRANÇA DE COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. TEMA 52 DO STJ. POSTULAÇÃO ARREDADA. "A importância cobrada a título de comissão de permanência não poderá ultrapassar a soma dos encargos remuneratórios e moratórios previstos no contrato, ou seja: a) juros remuneratórios à taxa média de mercado, não podendo ultrapassar o percentual contratado para o período de normalidade da operação; b) juros moratórios até o limite de 12% ao ano; e c) multa contratual limitada a 2% do valor da prestação, nos termos do art. 52, § 1º, do CDC" (STJ, REsp n. 1.058.114/RS, rel. Min. Nancy Andrighi, j. 12-8-2009). POSTULADA INCIDÊNCIA DA CAPITALIZAÇÃO DE MENSAL DE JUROS. CONTRATO FIRMADO APÓS A EDIÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA N. 1.963/2000, REEDITADA SOB O N. 2.170-36/2000. PREVISÃO EXPRESSA DO ENCARGO NA AVENÇA EM ESTUDO. PLEITO ACOLHIDO PARA VALIDAR A COBRANÇA DA CAPITALIZAÇÃO NO CONTRATO EM EXECUÇÃO. SENTENÇA REFORMADA NO PONTO. NECESSÁRIA REDISTRIBUIÇÃO DOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

(TJSC, Apelação Cível n. 0001628-95.2011.8.24.0001, de Abelardo Luz, rel. Des. Carlos Roberto da Silva, 1ª Câmara de Enfrentamento de Acervos, j. 11-06-2018)

Assunto: Legalidade da execução ante a certeza, liquidez e exigibilidade da dívida representada por Cédula de Crédito Bancário



APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA QUE RECONHECEU A QUITAÇÃO DO DÉBITO. INSURGÊNCIA DA EMBARGADA. TESE DE INAPLICABILIDADE DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DE INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. INVIABILIDADE. RELAÇÃO BANCÁRIA ENTRE COOPERATIVA E COOPERADO. EXEGESE DA SÚMULA 297 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RECLAMO ANALISADO À LUZ DAS NORMAS PROTETIVAS DO CONSUMIDOR. POSTULAÇÃO REJEITADA. ARGUIÇÃO DE IMPOSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO DA QUITAÇÃO INTEGRAL. ACOLHIMENTO. EXECUÇÃO QUE EXIGE APENAS PARTE DO CRÉDITO ESTAMPADO NO TÍTULO. INCIDÊNCIA DA LEGISLAÇÃO CONSUMERISTA QUE NÃO EXIME OS EMBARGANTES DE TRAZEREM AOS AUTOS PROVA MÍNIMA DE SUAS ALEGAÇÕES. INTELIGÊNCIA DO ART. 333, I E II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE

1973 CUMULADO COM ART. 320, CAPUT, DO CÓDIGO CIVIL. DEPÓSITO PARCIAL DA DÍVIDA NA CONTA CORRENTE DA RECORRENTE QUE NÃO SE PRESTA À COMPROVAÇÃO DE ADIMPLEMENTO INTEGRAL. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO QUE POSSUI OS REQUISITOS DE LIQUIDEZ, CERTEZA E EXIGIBILIDADE. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

(TJSC, Apelação Cível n. 0002626-97.2010.8.24.0001, de Abelardo Luz, rel. Des. Carlos Roberto da Silva, 1ª Câmara de Enfrentamento de Acervos, j. 11-06-2018)

Assunto: Possibilidade de capitalização dos juros nos contratos celebrados por instituições financeiras, desde que haja pactuação expressa



AÇÃO MONITÓRIA. Contrato Conta de Depósitos Pessoa Física - Limite de Crédito Rotativo. Sentença de procedência. Pretensão dos réus de reforma. DESCABIMENTO: Documentos suficientes para embasar a ação - Art. 700 do CPC. CERCEAMENTO DE DEFESA - Alegação de que é necessária a produção de prova pericial. NÃO OCORRÊNCIA: As teses apresentadas estão relacionadas com matéria de direito e são fartamente discutidas nesta Corte. A produção de outras provas é desnecessária para solução da lide, tendo sido apresentado o contrato firmado entre as partes e nele estão previstos os encargos pactuados. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. Insurgência dos réus. INADMISSIBILIDADE: O contrato foi firmado quando já em vigor a Medida Provisória nº 1963-17/2000, atual MP 2.170 de 23.08.01, que em seu art. 5º autoriza a capitalização dos juros, por período inferior a um ano. Súmulas 539 e 541 do STJ. MORA. Alegação de que não se configura a mora dos apelantes quando há cobrança de encargos abusivos. INADMISSIBILIDADE: A alegação de abusividade de juros e encargos não afasta a mora e não serve de motivo para o não pagamento das prestações livremente pactuadas pelas partes. HONORÁRIOS RECURSAIS - Recurso dos réus desprovido. Majoração dos honorários advocatícios. CABIMENTO: Cabível a majoração de referida verba de 10% para 15% sobre o valor do débito, em razão da sucumbência recursal - Art. 85, §§ 1º e 11 do CPC. RECURSO DESPROVIDO.

(TJSP; Apelação 1003468-60.2016.8.26.0400; Relator (a): Israel Góes dos Anjos; Órgão Julgador: 37ª Câmara de Direito Privado; Foro de Olímpia - 1ª Vara Cível; Data do Julgamento: 12/06/2018; Data de Registro: 13/06/2018)

Assunto: Invalidade da doação feita a filhos do devedor de modo a inexistirem bens passíveis de constrição após a constituição do débito



CONTRARRAZÕES - Arguição de não conhecimento da apelação - Recurso dos réus que ataca os fundamentos da sentença - Cumprimento do art. 1.010, inc. II, do Código de Processo Civil - Preliminar rejeitada. AÇÃO PAULIANA - Doação de imóvel após a constituição de dívida - Donatários que são filhos do doador - Ausência de bens penhoráveis - Procedência do pedido - Inconformismo - Desacolhimento - Aplicação do disposto no art. 252 do RITJSP - Inexistência de bens passíveis de constrição após a constituição do débito - Prova suficiente de insolvência - Eventus damni - Negócios jurídicos celebrados entre parentes próximos - Presunção de ciência do

estado de insolvência - Consilium fraudis - Sentença mantida - Recurso desprovido. Preliminar rejeitada e recurso desprovido.

(TJSP; Apelação 1014238-32.2016.8.26.0071; Relator (a): J.L. Mônaco da Silva; Órgão Julgador: 5ª Câmara de Direito Privado; Foro de Bauru - 3ª Vara Cível; Data do Julgamento: 13/06/2018; Data de Registro: 13/06/2018)

Assunto: Não invalidação da dívida oriunda de cartão de crédito pela transferência da pendência da cooperativa ao banco cooperativo por força de previsão contratual



AÇÃO DE COBRANÇA - CARTÃO DE CRÉDITO - AUDIÊNCIA DE TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO - FACULDADE PROCESSUAL E NÃO OBRIGATORIEDADE - julgamento antecipado - cerceamento de defesa - inoccorrência - processo em termos - causa madura - PERÍCIA CONTÁBIL - dispensabilidade. cartão de crédito - CESSÃO DE DIREITOS - AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO - ATO QUE NÃO INVIABILIZA A COBRANÇA - ART. 290 DO CÓDIGO CIVIL - COMUNICAÇÃO que VISA APENAS INFORMAR SOBRE O NOVO TITULAR DO CRÉDITO PARA EVITAR PAGAMENTO A PESSOA DIVERSA - PRECEDENTES. CARTÃO DE CRÉDITO - RÉU - RELAÇÃO JURÍDICA - NÃO IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA (ART. 341 DO CPC) - AUTORA - JUNTADA DE EXTRATOS, DESPESAS E DE PAGAMENTOS PARCIAIS DAS FATURAS - juros - CAPITALIZAÇÃO - INOCORRÊNCIA - QUITAÇÃO PARCIAL - obrigação DOS ENCARGOS NOS MESES SUBSEQUENTES - inteligência do ART. 354 DO CÓDIGO CIVIL - PEDIDO - procedência - sentença - manutenção. APELO DO RÉU NÃO PROVIDO.

(TJSP; Apelação 1008145-53.2017.8.26.0577; Relator (a): Tavares de Almeida; Órgão Julgador: 14ª Câmara de Direito Privado; Foro de São José dos Campos - 3ª Vara Cível; Data do Julgamento: 13/06/2018; Data de Registro: 13/06/2018)

Assunto: Possibilidade de cobrança judicial de saldo devedor em conta, mediante a apresentação de extratos bancários que comprovam a efetiva utilização do limite colocado à disposição



COBRANÇA - SALDO DEVEDOR EM CONTA - EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO AFASTADA - EXTRATOS BANCÁRIOS QUE ATESTAM A EFETIVA UTILIZAÇÃO DO LIMITE COLOCADO À DISPOSIÇÃO DA APELADA - DADO PROVIMENTO AO RECURSO

(TJSP; Apelação 1001746-43.2016.8.26.0318; Relator (a): Lucila Toledo; Órgão Julgador: 15ª Câmara de Direito Privado; Foro de Leme - 3ª Vara Cível; Data do Julgamento: 13/06/2018; Data de Registro: 13/06/2018)

Assunto: Improcedência da alegação de impenhorabilidade do bem de família quando devedor não utiliza o imóvel como sua residência



Agravo de Instrumento - Impugnação à penhora - Alegada impenhorabilidade do bem de família - Afastamento - Desnecessária a prova de que o bem penhorado seja o único em nome da parte executada - Ausência, porém, de subsídios indicativos de moradia recente - A demonstração deve se dar por elementos contemporâneos, vez que o benefício não protege situação potencial - Afastamento da impugnação que deve ser mantida - Recurso improvido.

(TJSP; Agravo de Instrumento 2048669-26.2018.8.26.0000; Relator (a): Claudia Grieco Tabosa Pessoa; Órgão Julgador: 19ª Câmara de Direito Privado; Foro de São João da Boa Vista - 3ª Vara Cível; Data do Julgamento: 13/06/2018; Data de Registro: 13/06/2018)

Assunto: Exequibilidade da Cédula de Crédito Bancário quando preenchidos os requisitos constantes da Lei nº 10.931/04



CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO - Cédula de crédito bancário, representativa de operação de crédito, de qualquer modalidade, como previsto no art. 26, da LF 10.931/2004, acompanhada de demonstrativo de débito e preenchidos os requisitos previstos no art. 28, da mesma Lei, é título executivo extrajudicial, independentemente de haver ou não novação da dívida confessada ou da origem desta, bem como dos documentos relativos à dívida originária confessada - Cédula de crédito bancário, ainda que não subscrita por duas testemunhas, é título executivo extrajudicial, visto que não há exigência neste sentido, nos termos dos arts. 28 e 29, da LF 10.931/04, e arts. 783 e 784, XII, do CPC/2015 - No caso dos autos, além da cédula de crédito bancário exequenda, assinada pelas partes embargantes, a inicial da execução veio instruída com demonstrativos de débito, nos quais constam os cálculos realizados, com especificação do principal e encargos exigidos, em conformidade com o estabelecido no inciso I, do art. 28, § 2º, da LF 10.913/04, que atendem os requisitos do art. 28, § 2º, da LF 10.913/04, visto que permitiram às partes apeladas devedoras o exame da dívida exigida e aferir a exatidão da exação - Como a cédula de crédito bancário exequenda, que compreende crédito decorrente de operação de crédito, na modalidade de contrato de abertura de crédito nela especificada, satisfaz os requisitos do art. 28, da LF 10.913/04, ela constitui título executivo extrajudicial, independentemente da juntada de documentos relativos a outros contratos bancários - A cédula de crédito bancário embasadora da execução constitui título executivo extrajudicial, nos termos do art. 28, da LF 10.931/04, e arts. 784, XII, e 783, do CPC/2015 - Reforma da r. sentença para reconhecer que a cédula de crédito bancário embasadora da execução constitui título executivo extrajudicial. Recurso provido.

(TJSP; Apelação 1001744-97.2016.8.26.0213; Relator (a): Rebello Pinho; Órgão Julgador: 20ª Câmara de Direito Privado; Foro de Guará - 1ª Vara; Data do Julgamento: 11/06/2018; Data de Registro: 13/06/2018)

Assunto: Possibilidade de penhora de valor constante em conta poupança utilizada como conta corrente



PENHORA - Incidência sobre valor depositado em conta poupança - Cabimento, tendo em vista sua natureza circulatória - Movimentações realizadas pelo agravante que caracterizam uma conta corrente - Impenhorabilidade do art. 833, X, do CPC/2015 afastada - Dinheiro à disposição do devedor desprovido de função de segurança alimentícia ou de previdência pessoal e familiar - Decisão reformada - Recurso provido*

(TJSP; Agravo de Instrumento 2012014-55.2018.8.26.0000; Relator (a): Maia da Rocha; Órgão Julgador: 21ª Câmara de Direito Privado; Foro de São João da Boa Vista - 1ª Vara Cível; Data do Julgamento: 12/06/2018; Data de Registro: 12/06/2018)

Assunto: Impossibilidade de revisão de lançamentos tributários relativos a exercícios anteriores, ante os princípios da imutabilidade do lançamento e da proteção à confiança



APELAÇÃO - Taxa de Licença - Alteração de enquadramento - Majoração do valor do tributo em razão de enquadramento incorreto realizado pela Municipalidade -- Revisão dos lançamentos referentes aos exercícios anteriores - Impossibilidade -- Princípios da imutabilidade do lançamento e da proteção à confiança - 'Erro de Direito' - Arts. 146 e 149, CTN -- Recurso Especial Representativo de Controvérsia nº 1.130.545/RJ RECURSO PROVIDO.

(TJSP; Apelação 1001836-90.2015.8.26.0575; Relator (a): Fortes Muniz; Órgão Julgador: 15ª Câmara de Direito Público; Foro de São José do Rio Pardo - 2ª Vara; Data do Julgamento: 24/05/2018; Data de Registro: 12/06/2018)

Assunto: Inocorrência de prescrição intercorrente ante a ausência de desídia da cooperativa para dar andamento ao processo



Execução - extinção do feito - tentativas de localização do devedor para consumação da citação não esgotadas - possibilidade de suspensão do feito - art. 921,III do Código de Processo Civil - prescrição afastada - sentença anulada - recurso provido para esse fim.

(TJSP; Apelação 0002084-17.2013.8.26.0002; Relator (a): Coutinho de Arruda; Órgão Julgador: 16ª Câmara de Direito Privado; Foro Regional II - Santo Amaro - 3ª Vara Cível; Data do Julgamento: 15/05/2018; Data de Registro: 15/06/2018)

Assunto: Inexistência de responsabilidade solidária de cooperativas do mesmo sistema pelo pagamento de astreintes impostas a uma delas



Agravo de instrumento - Execução - Plano de saúde - Rejeição de impugnação - Execução de astreintes por descumprimento de ordem judicial pela Unimed Paulistana antes da decretação da

liquidação extrajudicial - A Súmula 99 deste e. TJ trata de responsabilidade no atendimento médico do conveniado, não de responsabilidade solidária pelo pagamento de astreintes imposta apenas a determinada cooperativa - Dá-se provimento ao recurso.

(TJSP; Agravo de Instrumento 2243892-48.2017.8.26.0000; Relator (a): Mary Grün; Órgão Julgador: 7ª Câmara de Direito Privado; Foro de Guarulhos - 6ª. Vara Cível; Data do Julgamento: 13/06/2018; Data de Registro: 14/06/2018)

Assunto: Possibilidade de bloqueio ante a conversão do salário em ativos financeiros



AGRAVO DE INSTRUMENTO - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA QUE MANTEVE A ORDEM DE BLOQUEIO ONLINE DE ATIVOS FINANCEIROS DA CONTA CORRENTE DO AGRAVANTE - NÃO COMPROVAÇÃO DE QUE A ORDEM RECAIU SOBRE VERBA IMPENHORÁVEL - POSSIBILIDADE DE BLOQUEIO ANTE A CONVERSÃO DO SALÁRIO EM ATIVOS FINANCEIROS - NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO.

(TJSP; Agravo de Instrumento 2069477-52.2018.8.26.0000; Relator (a): Lucila Toledo; Órgão Julgador: 15ª Câmara de Direito Privado; Foro de Bauru - 4ª. Vara Cível; Data do Julgamento: 11/06/2018; Data de Registro: 11/06/2018)

Assunto: Nulidade do aval prestado pelo representante legal da cooperativa executada em empréstimo tomado por sua esposa, ante a inexistência de qualquer benefício à cooperativa



APELAÇÕES CÍVEIS. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CÉDULA RURAL PRIGNORATÍCIA E HIPOTECÁRIA. EMPRÉSTIMO TOMADO PELA ESPOSA DO PRESIDENTE DA COOPERATIVA. AVAL CONCEDIDO PELO EX-REPRESENTANTE LEGAL DA ENTIDADE EXECUTADA, EM DISSONÂNCIA COM O ESTATUTO SOCIAL. AUSÊNCIA DE PODERES CONSTATADA. APLICAÇÃO DA TEORIA ULTRA VIRES. ARTS. 47 E 1015 DO CÓDIGO CIVIL. NEGÓCIO QUE NÃO TROUXE NENHUM BENEFÍCIO À COOPERATIVA. INVALIDADE DA GARANTIA BANCÁRIA PRESTADA. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA DOS EMBARGOS À EXECUÇÃO MANTIDA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA. MAJORADOS. Apelação da embargante parcialmente provida. Apelação do embargado desprovida.

(Apelação Cível Nº 70071804645, Vigésima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Glênio José Wasserstein Hekman, Julgado em 30/05/2018, Publicação em 11/06/2018)

Assunto: Inocorrência de prescrição intercorrente ante a não caracterização de desídia da cooperativa para dar andamento ao processo



RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE EXECUÇÃO - SENTENÇA - PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE - INOCORRÊNCIA - INÉRCIA DA EXEQUENTE NÃO CARACTERIZADA - INEXISTÊNCIA DE INTIMAÇÃO PESSOAL PARA IMPULSIONAR O PROCESSO - NULIDADE CONFIGURADA - RECURSO PROVIDO.1. O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento de que é a inação injustificada da parte exequente que faz retomar o curso do prazo prescricional, o que não ocorreu na hipótese.2. Ademais, imperioso salientar que a intimação pessoal da parte exequente, para dar andamento ao feito, é requisito indispensável para o reconhecimento da prescrição intercorrente, de maneira que, na sua falta, a sentença deve ser declarada nula.

(TJMT, Ap 37127/2018, DESA. SERLY MARCONDES ALVES, QUARTA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 13/06/2018, Publicado no DJE 15/06/2018)

Assunto: Legalidade da liquidação financeira da CPR que, observadas as condições previstas no art. 4º-A da Lei 8.929/1994, se dá pelo preço unitário do produto



AGROPECUÁRIO

APELAÇÃO CÍVEL - EMBARGOS DE EXECUÇÃO - CÉDULA DE PRODUTO RURAL FINANCEIRA - REQUISITOS DO ART. 4-A DA LEI 8.929/1994 (INCLUÍDO PELA LEI 10.200/2001) - PRESENÇA - MULTA POR EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROTETATÓRIOS - PREVISÃO DO §2º, DO ART. 1.026 DO CPC - MANUTENÇÃO - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. Não há que se falar em afronta ao art. 4º-A da Lei n. 8929/94 com a redação dada pela Lei n.10.200/2011, porquanto as partes estipularem, dentro do espaço de autonomia da vontade que lhes contempla a Lei, que a liquidação da cédula se dará pelo preço unitário do produto, este obtido de forma objetiva. A objetividade da liquidação no caso de indicação de índice de preço, por sua vez, somente será possível se houver sua prévia individualização (identificação de qual é o índice a ser aplicado). É nesse contexto que há necessidade de indicação de instituição, cuja função não é proceder a liquidação da cédula propriamente dita, sujeita à simples operação matemática, mas sim estabelecer individualização do índice a ser aplicado, no caso, aquele por si divulgado. In casu, o preço foi devidamente ajustado (valor unitário do produto), sendo desnecessária, portanto, a indicação da instituição apuradora ou divulgadora do preço ou índice de preço. Apresentado embargos de declaração objetivando apenas o reexame das questões já apreciadas na sentença, eis que inconformada com o seu resultado, sem apresentar, contudo, a ocorrência de quaisquer das máculas supramencionadas, hábeis a ensejar o manejo do referido recurso, impõe-se a manutenção da multa prevista no art. 1.026, §2º, do CPC.

(TJMT, Ap 15179/2018, DES. DIRCEU DOS SANTOS, TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 06/06/2018, Publicado no DJE 15/06/2018)

Assunto: Penhorabilidade do bem de propriedade de ex-companheira, comprovada a existência de sociedade de fato



AGROPECUÁRIO

APELAÇÃO CÍVEL. DEFERIMENTO DE PENHORA ORIUNDA DE AÇÃO DE EXECUÇÃO FUNDADA EM DUPLICATAS. CONSTRICÇÃO QUE RECAIU SOBRE 50% DE AUTOMÓVEL DE PROPRIEDADE DE EX-COMPANHEIRA DO EXECUTADO. EMBARGOS DE TERCEIRO. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. IRRESIGNAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DA PENHORA RECAIR SOBRE BEM NÃO PERTENCENTE AO

EXECUTADO. TESE AFASTADA. CONJUNTO PROBATÓRIO QUE REVELA EXISTIR ENTRE AUTORA E SEU SUBSCRITOR (EXECUTADO) SOCIEDADE DE FATO, CONSTITUÍDA DE FORMA PRECÁRIA, MAS COM O INTUITO DE AUFERIÇÃO DE RENDAS. DÍVIDAS SOCIAIS E DE RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA ENTRE OS SÓCIOS. REQUERIMENTO DE ANULAÇÃO DA SENTENÇA PARA OITIVA DE TESTEMUNHAS. AUTORA QUE INTIMADA A APRESENTAR O ROL DE TESTEMUNHAS, O FEZ DE MANEIRA GENÉRICA, DESCUMPRINDO COMANDO JUDICIAL. CERCEAMENTO DE DEFESA NÃO CONFIGURADO. PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO PREJUDICADO DIANTE DO JULGAMENTO DO RECURSO. PREQUESTIONAMENTO REALIZADO DE FORMA GENÉRICA. AFASTAMENTO. HONORÁRIOS RECURSAIS. NÃO CABIMENTO. SENTENÇA PUBLICADA NA VIGÊNCIA DO CPC/73. ENUNCIADO N. 7 DO STJ. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

(TJSC, Apelação Cível n. 0001262-90.2011.8.24.0119, de Garuva, rel. Des. Sérgio Izidoro Heil, Quarta Câmara de Direito Comercial, j. 12-06-2018).

Assunto: Nulidade de auto de infração e imposição de multa, quando a inidoneidade da empresa com a qual a cooperativa negociou só foi declarada após a transação comercial



AGROPECUÁRIO

AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO FISCAL - AUTUAÇÃO DO FISCO POR TRANSAÇÃO COMERCIAL COM EMPRESA INIDÔNEA - Auto de Infração e Imposição de Multa - Declaração de inidoneidade de notas fiscais posteriormente à operação mercantil - Presunção de boa-fé do adquirente - Regularidade da transação comercial - Precedentes desta C. 8ª Câmara de Direito Público e do C. Superior Tribunal de Justiça, em sede de recurso repetitivo. Sentença de procedência da ação mantida. Recurso da Fazenda do Estado não provido.

(TJSP; Apelação / Reexame Necessário 1003171-74.2017.8.26.0220; Relator (a): Leonel Costa; Órgão Julgador: 8ª Câmara de Direito Público; Foro de Guaratinguetá - 2ª Vara; Data do Julgamento: 13/06/2018; Data de Registro: 13/06/2018).

Assunto: Improcedência da alegação de impenhorabilidade do bem de família quando há a possibilidade de desmembramento do imóvel



AGROPECUÁRIO

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - Penhora - Bem de família - Possibilidade de penhora dos lotes matriculados sob nº 20.863 e 24.728 - Documentação acostadas aos autos que não se mostram suficiente a demonstrar que os imóveis penhorados se revestem da impenhorabilidade alegada - Resguardado imóvel que serve de residência dos agravantes - Decisão mantida - Recurso não provido

(TJSP; Agravo de Instrumento 2032032-97.2018.8.26.0000; Relator (a): Maia da Rocha; Órgão Julgador: 21ª Câmara de Direito Privado; Foro de Ibitinga - 2ª Vara Cível; Data do Julgamento: 11/06/2018; Data de Registro: 15/06/2018).

Assunto: Legalidade da recusa de ligação de energia elétrica em imóvel situado em área de preservação permanente



ADMINISTRATIVO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA. ALEGAÇÃO DE CERCEAMENTO DE DEFESA, INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL, FALTA DE INTERESSE DE AGIR E ILEGITIMIDADE ATIVA. PRELIMINARES AFASTADAS. RECUSA DE LIGAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA RESIDENCIAL PELA COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL ANITA GARIBALDI (CERGAL). RESISTÊNCIA FUNDAMENTADA EM DECISÃO JUDICIAL FEDERAL. LAUDO AMBIENTAL COMPROVANDO QUE O IMÓVEL ESTÁ SITUADO EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE. EDIFICAÇÃO NO ENTORNO DE DUNAS. OBRA NÃO AUTORIZADA PELO MUNICÍPIO. AUSÊNCIA DE PROVA DA REGULARIDADE DA SITUAÇÃO E DA EXISTÊNCIA DE ÁREA RESIDENCIAL CONSOLIDADA. SENTENÇA MODIFICADA. INVERSÃO DO ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA. PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO.

(TJSC, Apelação Cível n. 0300800-80.2016.8.24.0282, de Jaguaruna, rel. Des. Jaime Ramos, Terceira Câmara de Direito Público, j. 12-06-2018.

Assunto: Legalidade da recusa de ligação de energia elétrica em imóvel situado em área de preservação permanente



Ação de obrigação de fazer. Competência da justiça estadual. Tutela de urgência. Instalação de energia elétrica em residência construída em loteamento clandestino e área de proteção ambiental. Impossibilidade. Ausência de prova de que a área constitui zona urbana consolidada e da regularidade do imóvel. Recurso provido. Não é ilegal nem indevida a recusa da concessionária de ligar à sua rede de energia elétrica edificação clandestina realizada sem o necessário alvará de licença do Município, em Área de Preservação Permanente (TJSC, Des. Jaime Ramos).

(TJSC, Agravo de Instrumento n. 4015772-33.2016.8.24.0000, de Jaguaruna, rel. Des. Pedro Manoel Abreu, Primeira Câmara de Direito Público, j. 12-06-2018.

Pautas de Julgamento



54 processos pautados nos Tribunais Superiores.



SAÚDE

22 recursos no STJ



AGROPECUÁRIO

01 recurso no STF

18 recursos no STJ



05 recursos no STJ



06 recursos no STJ



01 recurso no STJ



01 recurso no STJ

Clique e acesse a pauta completa no STJ



Clique e acesse a pauta completa no STF



Elaborado pela Assessoria Jurídica da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)

61 3217-2104 - www.somoscooperativismo.coop.br

